



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUARABIRA/PB

Processo: 08010614420198150181

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, já devidamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, por meio de seus advogados que esta subscreve, vem à presença de V. Excelência, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** promovida por **FELIPE CONSTANTINO DOS SANTOS**, opor

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Ante os fundamentos a seguir:

DA SÍNTESE DOS FATOS E DA CONTRADIÇÃO

Com a mais a respeitosa vênia, assim o fazendo, afigura-se a v. decisão CONTRADITÓRIA em pontos essenciais, justificando o cabimento dos presentes Embargos de Declaração, a fim de que essa V. Exa. decida-os e confira os efeitos integrativos ao respeitável decisor, vejamos:

*“Por todo o exposto, julgo procedente, em par te, o pedido requerido na inicial e, em consequência, condeno a promotora a pagar à autora a quantia de R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), com **correção monetária pelo IPCA-E**, a contar da data do sinistro (Lei n. 6.194/74, art. 5.º, § 1.º), e **juros moratórios pela taxa Selic**, desde a citação, na forma do art. 406 do CC (...).”*

Conforme leitura do d. Decisor, verifica-se que o i. Julgador condenou a Embargante ao pagamento de R\$4.750,00 (quatro mil setecentos e cinquenta reais) CORRIGIDO MONETÁRIAMENTE PELO **IPCA-E** E ACRESCIDO DE **JUROS** PELA TAXA **SELIC** DESDE A CITAÇÃO.

Ocorre que a taxa SELIC engloba juros e correção monetária, deve ela ser aplicada com exclusividade, sem cumulação com qualquer outro índice de atualização ou com os juros moratórios em separado (no caso, 1% ao mês).

Com todo o respeito a Embargante, vem, informar que houve contradição quanto a atualização do valor indenizatório tendo em vista a aplicação de dois índices distintos para a atualização do valor condenatório.

São essas as razões pelas quais a embargante confia, espera e requer sejam acolhidos e providos os presentes Embargos Declaratórios, enfrentado o ponto contraditório, decidindo o índice a ser aplicado *in casu*, conferindo efeitos integrativos para o fim de prover integralmente, tudo por ser medida de direito e irretorquível JUSTIÇA!

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

GUARABIRA, 28 de dezembro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB